

Verso e Reverso da Memória: impressões sobre a família oitocentista a partir das cartas e fotografias da Viscondessa de Ubá

Mariana Muaze*

Resumo: O presente trabalho se insere no debate acerca da História da Família no Brasil buscando ressaltar os ganhos interpretativos de se descolar os estudos sobre família das análises que tendem a vê-la prioritariamente como domicílio, unidade de residência e/ou unidade econômica. Defendo que o grupo familiar deve ser pensado a partir dos sujeitos históricos que o compõem ressaltando os laços afetivos, os sentimentos de pertencimento, as relações de dependência e as solidariedades entre seus membros. Para tanto, utilizei-me de uma metodologia de micro-história para analisar a coleção de cartas, fotografias e outros documentos pertencentes à família Ribeiro de Avellar, mas organizados por Mariana Velho de Avellar, viscondessa de Ubá.

Abstract: This article analyses The History of family in Brazil and defends that family hasn't to be seen as a house holding only. My purpose here is to think about family as a group of people which has different kinds of relationships, belonging feelings, dependences and solidarities within its members. In order to defend this point of view, I used a micro history methodology and I conducted my research analyzing a variety of primary sources such as: letters, photography, diaries, wills, and other documents related to the Ribeiro de Avellar family that were collected by Mariana Velho de Avellar, viscondessa de Ubá.

Key Words: Family. Photography, Brazilian Empire.

Palavras-chave: família, fotografia, Brasil Império.

A família não é uma temática nova na historiografia brasileira. As primeiras incursões acerca de sua história foram feitas, na forma de ensaios, ainda na década de 1920, dentro de uma perspectiva de busca da identidade nacional. Essas investigações estavam voltadas para as classes dominantes, devido a seu importante papel na fundação da empresa colonial e, portanto, procuraram pensar a família na sua relação com o Estado, buscando entender o processo de formação da nação no Brasil. Nessa matriz se inserem as obras de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Nos anos 1970, o tema da família foi analisado pelas historiadoras Murriel Nazzari e Elizabeth Kusnesoff que ressaltaram, dentro de uma perspectiva da História Social, as análises da

economia doméstica a partir da interpretação de inventários *post-mortem*, testamentos, contratos de casamento e dote, diferenciando-se da perspectiva mais ensaística consagrada anteriormente.¹ Na década seguinte, as reflexões sobre família receberam uma forte influência dos métodos da demografia histórica da Escola de Cambridge. Sob esta perspectiva, estudiosas como Maria Luiza Marcílio, Iraci Del Nero da Costa e Eni Mesquita Samara iniciaram uma reavaliação de questões ligadas às estruturas demográficas e composição dos domicílios durante o período colonial, tendo como *locus* privilegiado as regiões de São Paulo e Minas Gerais.² Desde então, questionou-se o conceito de família no Brasil historicamente consagrado patriarcal e extenso através de estudos que levantavam o número de pessoas nos diferentes domicílios utilizando

* Mariana de Aguiar Ferreira Muaze é doutora pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora Adjunta de Metodologia do Ensino da História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio). Autora do livro: *As Memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. E-mail: mamuaze@click21.com.br

¹ FARIA, Sheila de Castro. "História da família e demografia histórica". In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997, p 253.

² Para obter um panorama da produção historiográfica brasileira sobre família até a década de 1980, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. "A história da família no Brasil". In: *Revista Brasileira de História – família e grupos de convívio*. SP: Marco Zero, n° 17, 1988, pp 7-35 e MUAZE, Mariana. "Reflexões para uma história da família no Brasil" in: *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Niterói: UFF, tese de doutorado, 2006.

sofisticados cálculos estatísticos. Diferentes pesquisas passaram a apontar a multiplicidade de tipos familiares que variaram conforme a região, tempo e grupo social. Esses estudos também levantaram reflexões importantes acerca do papel da mulher, dos tipos de casamento, das relações de concubinato e dos laços de compadrio na sociedade brasileira.

O presente trabalho se insere neste debate buscando ressaltar os ganhos interpretativos de se descolar os estudos sobre família das análises que tendem a vê-la prioritariamente como domicílio, unidade de residência e/ou unidade econômica. Defendo que o grupo familiar deve ser pensado a partir dos sujeitos históricos que o compõem ressaltando os laços afetivos, os sentimentos de pertencimento, as relações de dependência e as solidariedades entre seus membros. Minha intenção é entender o conceito de família e as formas de viver em família através dos diferentes papéis exercidos no interior do próprio grupo familiar. Contudo, não é só isso. A própria dinâmica social instituída também valorizava as relações inter-familiares o que torna importante esmiuçar as teias de relações afetivas, redesenhar as redes de solidariedade e entender os mecanismos de sobrevivência que permitiram a manutenção de um grupo reduzido de famílias enquanto classe dominante na sociedade imperial.

A partir destes pressupostos parti para uma perspectiva de micro-história tendo a família Ribeiro de Avellar como ponto de partida para a reflexão proposta. Esta escolha se justifica, em primeiro lugar, por ser esta uma das famílias cafeeicultoras mais importantes do vale do Paraíba fluminense. Sua riqueza ficou consagrada pelos títulos de: barão de Capivary, barão do Guaribu, visconde e viscondessa de Ubá, Visconde da Paraíba, baronesa de Muritiba, etc. A fortuna familiar foi originada no século XVIII, através do comércio de grosso trato sediado na Praça do Rio de Janeiro, com filiais no Rio Grande do Sul e em Lisboa. Dentre as atividades exercidas estavam: o tráfico de cativos, transporte de alimentos, a compra do quinto do couro e do municio e extração de minério

nas minas do Serro Frio, em Minas Gerais. Portanto, a trajetória da família aqui descrita é bastante emblemática no que concerne às diferentes formas de acumulação de riqueza implementada por portugueses, muitos pertencentes à pequena nobreza lusitana, que migraram para a colônia na América em busca de melhor sorte e aqui conseguiram se estabelecer como elite econômica e política em um trabalho que envolveu diferentes gerações.³

O estabelecimento dos Ribeiro de Avellar como grandes fazendeiros em Paty do Alferes se deu a partir 1735, quando o comerciante Francisco Gomes Ribeiro recebeu a concessão da sesmaria da Manga Larga, vizinha das terras do Pau Grande, devido aos serviços prestados à Coroa. Pouco tempo depois, seus sobrinhos Manoel e Francisco passaram a proprietários da sesmaria do Pau Grande, vizinha ao Caminho Novo (estrada concluída em 1698 que ligava a região mineradora a Paraty), que esteve nas mãos dos Ribeiro de Avellar até as primeiras décadas do século XX.⁴ O caso narrado não era uma exceção à regra. Nas economias de tipo antigo, era comum que a elite mercantil investisse recursos em terras, atividade agrícola e compra de escravos em busca de prestígio social e bens simbólicos.⁵ Assim, ancorados na fortuna acumulada previamente no comércio, no tamanho da propriedade e na antiguidade da ocupação de terras, os Ribeiro de Avellar puderam exercer seu controle político e econômico na região por quase todo o século XIX. Muitos de seus membros foram vereadores, deputados provinciais, juizes de paz, comandantes da Guarda Nacional e outros postos-chave diretamente ligados à política vassourense. Neste sentido, a própria história desta família se confunde com a história da região, tamanho o seu poder. E, atualmente, no município de Miguel Pereira existe uma localidade de nome de Avellar onde, no passado, eram as terras aqui descritas.

O segundo elemento que dirigiu minha escolha foi o vasto corpo documental composto por fotografias, cartas pessoais, recibos, cadernos de anotações, além da documentação cartorial encontradas em diferentes acervos de instituições públicas e nas mãos de

³FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1998.

⁴No século XVII, o caminho geral do sertão, usado pelos bandeirantes, que ia de São Paulo até as ramificações superiores do rio São Francisco. E outra estrada que, saindo do pequeno porto de Paraty, em cinco dias alcançava a anteriormente traçada. Esta segunda ficou conhecida como caminho novo, cabendo a primeira estrada o título de caminho velho. Sobre o traçado do caminho novo, em 1726, foi fundada a paróquia de Pati do Alferes, a primeira do futuro município de Vassouras, e onde se localizará a propriedade do Pau Grande. Ver: BOXER, Charles. *A Idade do Ouro no Brasil*. SP: Cia Editora Nacional, 1963; STEIN, Stanley. *Grandezas e Decadência do Café*. SP: Brasiliense, 1969.

⁵FRAGOSO, João Luís. Op. Cit.

particulares. Documentos de caráter mais íntimos são raros nos arquivos brasileiros e a localização deste tipo de material me abria a possibilidade de, através deles, estudar a família da perspectiva das relações intra e extra familiares acreditando que a singularidade e a especificidade dos Ribeiro de Avellar estão circunscritas nos limites da cultura do próprio tempo e do próprio grupo social, sendo possível o estudo das famílias da classe senhorial do Império através da microanálise de tal núcleo em particular.⁶ Essa proposta se baseia na perspectiva de que “a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”.⁷ Ditas essas palavras iniciais, convido o leitor a buscar comigo os diferentes papéis exercidos no ambiente familiar da segunda metade do século XIX no Brasil.

O triunfo da família oitocentista

Durante os mais de quarenta anos em que esteve casada com Joaquim Ribeiro de Avellar Jr, futuro visconde de Ubá, Mariana Velho de Avellar, desempenhou com maestria o papel de guardiã de uma dada memória familiar para a sua geração e para as futuras, produzindo, selecionando, organizando e investindo de afeto cartas, retratos, livros de assento, bilhetes e cadernos de anotações. A multiplicidade de documentos reunidos pela viscondessa visava produzir uma determinada memória que ressaltasse as diversas temporalidades familiares, seus personagens, sentimentalidades e lugar de destaque na sociedade imperial. Assim, acumulou documentos que se tornam *monumentos*⁸ na medida em que revelam valores e comportamentos que possibilitam recuperar não só um habitus de grupo, mas também as formas de representação social que atuaram como elemento de coesão interna - no âmbito da família e da parentela - e externa - no seio da classe senhorial a qual pertencia.⁹

Ao acompanhar os personagens familiares da casa Ribeiro de Avellar por quase todo o século XIX, foi possível perceber as diversas articulações e

estratégias de manutenção do patrimônio utilizadas para garantir o status social e o pertencimento ao círculo das “melhores famílias”. A “sobrevivência” familiar fazia parte do cotidiano, sempre projetado para esse fim. Nesse processo, houve transformações quanto às estratégias de casamento, aos papéis familiares e às sentimentalidades. Elementos importantes que foram sendo ressignificados incorporando – em uns casos mais, em outros menos – novos comportamentos europeizados, como a valorização da instrução e da destreza social, o amor romântico, o amor entre pais e filhos, ampliação do papel feminino como mãe e educadora, valorização da infância sem, contudo, abrir mão do mecanismo que reforçava a parentela e a rede de solidariedade do grupo familiar. A família oitocentista é fruto dessas combinações perfeitamente possíveis no Brasil do final do século XIX.

Quase diariamente, um tempo familiar essencialmente masculino reafirmava a lógica da preservação da riqueza e do patrimônio no interior do grupo estudado. A riqueza era considerada um elemento essencial para a continuidade do grupo. Contudo, não era o único. Riqueza, poder político e prestígio social, apesar de relacionados, não eram indissociáveis no Brasil oitocentista. Assim, explicam-se os altos investimentos em títulos de nobreza, os casamentos arranjados, a entrada para a Guarda Nacional, a compra de fazendas e escravos, e outras práticas tão frequentes. Se no início dos oitocentos o mais significativo para obter prestígio era fazer grandes doações ao Estado ou à Igreja e conquistar honrarias e mercês. No apagar das luzes do século o que falava mais alto era educação, instrução, refinamento, domínio das línguas estrangeiras e boas relações pessoais entre os indivíduos. Estar atento a essas nuances era condição essencial para manter-se no grupo das “melhores famílias”.

Imbuídos de um sentimento aristocrático que misturava valores como opulência, propriedade e gozo da liberdade, os patriarcas que estiveram à frente da casa Pau Grande regeram de formas diferenciadas seus negócios. O barão de Capivary (1817-1863)

⁶ LEVI, Giovanni. “Três Histórias de Família: os núcleos parentais” In: *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000. e, GINSBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3ª. ed, SP: Cia das Letras, 1987.

⁷ DARTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. RJ: Graal, 1986, p.XVII.

⁸ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” In: *Enciclopédia Einaudi*, Vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, pp 11-51.

⁹ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995; *Mi Trayectoria Intelectual*. Barcelona: Ediciones Península. 1984; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol II; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1994. vol I.

passou a administrar a fazenda do Pau Grande e os negócios da família logo que atingiu a maioridade. Depois da morte de sua mãe, concluído o inventário, alargou seu poder ao receber também a tarefa de administrar os bens das irmãs solteiras. Foi sob sua batuta que a propriedade foi gradativamente transformada de engenho em cafezal, na década de 1830, acompanhando uma tendência que se expandiu por todo o Vale Fluminense. Paralelamente, multiplicou a riqueza herdada, calculada em terras e escravos, emprestando dinheiro a juros e se beneficiando das redes de poder geradas pela atividade política que exerceu na câmara de Vassouras. Seu maior investimento em capital simbólico foi a compra do título de barão, exigida para a realização do casamento do filho Joaquim Jr. com Mariana Velho da Silva, futuros visconde e viscondessa de Ubá. Todas as exigências da família da noiva foram intermediadas por Domingos Alves da Silva Porto, seu comissário de café no Rio de Janeiro, que possuía boas relações na província e na corte:

O Antônio Paiva não oficializou o casamento da filha do Conselheiro com o seu filho, escreveu vagamente; disse que convinha condecorar Vme com o título de Barão; pois que era muito abastado e nisso levava muito gosto, acrescentou também ter um filho único bem educado e que podia fazer felicidade de alguma menina ilustre. (carta de Domingos Alves da Silva Porto enviada a Joaquim Ribeiro de Avellar em 21 de novembro de 1842)

Na gestão do visconde de Ubá (1863-1888), único filho do barão de Capivary, é perceptível uma mudança nos padrões de acumulação e investimento familiar. Em certa medida, a atividade usurária foi mantida, no entanto, a compra de terras e escravos foi reduzida e a aquisição de imóveis urbanos e os investimentos em bens de prestígio sofreram crescimento considerável. Diferentemente de outras famílias de cafeicultores do vale do Paraíba fluminense, os Ribeiro de Avellar conseguiram atravessar a década de 1880 com relativo conforto financeiro.¹⁰ Tal especificidade se deveu à visão acertada de converter parte da fortuna em títulos da dívida pública e diversificar investimentos. Em

contraposição, o grande número de filhos comprometia a integridade do patrimônio, que, descontada a terça, seguia o sistema eqüitativo de herança vigente. O melhor a fazer diante da inevitável divisão da fortuna foi, no caso das filhas mulheres, seguir a política de casamentos dentro do círculo das melhores famílias do Império.

A primogênita Maria José se casou com Manoel Vieira Tosta, filho do primeiro barão de Muritiba, importante político baiano do Império. Luiza se uniu a Antônio Ubelhart Lemgruber, Júlia a Francisco de Carvalho Figueira de Mello e Elisa a Luis Ribeiro de Sousa Fontes (filho do Barão de Souza Fontes). É interessante notar que nenhum dos matrimônios das filhas foi endogâmico ou contraído com pessoas que tivessem a agricultura como sua atividade principal. Dessa maneira, abria-se nova rede de solidariedades, obrigações recíprocas e alianças com ricas famílias estabelecidas no meio urbano, principalmente por meio de noivos bacharéis. Contudo, isso só foi possível porque suas filhas possuíam os atributos necessários para serem consideradas bons partidos entre seus pares sociais.

Os filhos do visconde e da viscondessa de Ubá, se por um lado herdavam um cabedal econômico inferior ao das anteriores, por outro dominavam importantes ferramentas sociais que lhes garantiram o pertencimento à boa sociedade. Passado quase um século, os elementos de prestígio haviam mudado. A compra de títulos e honrarias, atributos externos, mesmo que importantes, já não era suficiente. Formação, educação, instrução, etiqueta e cabedal cultural haviam adquirido forte peso. Contudo, o bom nome familiar se mantinha como patrimônio constituído e legitimado pela vasta rede de amizades, reciprocidades e troca de favores constituídas ao longo de gerações. Antônio Ribeiro e Joaquim, os dois filhos homens do visconde de Ubá que chegaram à idade adulta, se formaram em Direito e seguiram a carreira de políticos, mantendo suas terras e a rede de poder local. Mesmo com patrimônios financeiros reduzidos, se comparados aos herdados pelo pai e avô, o sobrenome carregava a força da tradição. Numa fase de decadência acelerada da agricultura do Vale, ambos foram vereadores da República por diversas vezes e o

¹⁰STEIN, op. cit.

filho mais novo foi eleito prefeito em 1922. O poder e tradição constituídos pela família no tempo atuava como herança imaterial que, enquanto capital simbólico, auxiliou-os a entrar a manter um capital sócio-econômico.¹¹

As estratégias matrimoniais mantiveram, durante quase o século XIX, a finalidade de conservação do status quo na transição de uma geração para outra. A escolha acertada dos casamentos para os herdeiros significava, na prática, a perpetuação do nome e da honra de uma determinada casa familiar no tempo. A família oitocentista resultou da negociação cotidiana entre estas novas formas de vivência e organização, imbuídas de uma áurea de modernidade e civilização, e a gramática patriarcal rezada através dos laços afetivos e de dependência perante uma vasta parentela e a presença maciça da escravidão no âmbito doméstico.

Contudo, a família oitocentista era muito mais do que patrimônio e tradição. Uma temporalidade distinta demarcava a vida doméstica e o governo da casa exercido pelas senhoras do lar. Mariana Velho de Avellar, viscondessa de Ubá, era uma dessas personagens que mantinham um dia-a-dia repleto de obrigações: o trato com os escravos, a direção dos estudos e educação dos filhos, a contabilidade das despesas da casa, a organização dos gastos com representação, a contratação de professores, médicos, cozinheiros etc. Para além dessas tarefas rotineiras, não abria mão do papel de guardiã de uma dada memória familiar como demonstrou a elaboração de sua coleção de documentos que analisamos para esta pesquisa.

Ao assumir a responsabilidade pelo governo da casa, Mariana Velho de Avellar se apresentava senhora do universo doméstico da fazenda Pau Grande. As cartas revelam um cotidiano repleto de estratégias de sociabilidade e convivência, num ambiente permeado pela diferença social, que a instituição da escravidão trazia enraizada. Seu lugar no interior da família e da sociedade estava diretamente relacionado à destreza e ao sucesso com que desempenhasse as funções ligadas ao governo da casa. Contudo, em várias situações cotidianas relatadas em cartas, a vontade masculina se impunha

à feminina sem contestação, o que prova a manutenção de um padrão de autoridade patriarcal, mas que, na segunda metade dos oitocentos, se apresentava com outras feições.

A urbanização, a europeização de valores, o romantismo, institucionalização do saber médico e da higiene, a ascensão do indivíduo, são processos que, juntos, cada um em sua medida, deram novos contornos ao papel feminino e à família ao longo do século. Assim, a mulher pode sair do confinamento doméstico liberando-se para o convívio social, a instrução e o consumo de bens. Este crescimento do espaço ocupado pelas mulheres aparece representado nas fotografias dos álbuns de família, onde elas ocupam parte significativa das imagens. Feitas por fotógrafos itinerantes que visitavam as fazendas ou por profissionais que sentavam praça nas cidades com maior clientela como o Rio de Janeiro, Petrópolis ou Vassouras, as carte-de-visites tinham uma farta circulação entre parentes e amigos para quem eram enviadas como sinal de amizade e reciprocidade. Nas imagens femininas, os recortes mais valorizados eram o $\frac{3}{4}$ ou de corpo inteiro, nas posições sentada ou de pé, porque destacavam a indumentária e os acessórios escolhidos. Além de jóias, leques, tiaras, os móveis e outros objetos de cena ajudavam a formar uma atmosfera que auxiliasse a perpetuação de uma dada memória sobre o indivíduo retratado. No caso da viscondessa, a escolha recaiu sobre livros que, colocados sobre a mesa em um cenário bastante simples e improvisado na própria fazenda, ajudavam a construir um tipo de representação por ela valorizada. Sua cunhada, Carolina Monteiro Velho, filha do visconde da Estrela, negociante português de grosso trato, pousou para o fotógrafo Pacheco em seu estúdio no Rio de Janeiro destacando sua sofisticada vestimenta e altivez de comportamento ao encarar a câmera.

¹¹LEVI, op.cit.



Mariana Velho de Avellar, foto Manoel de Paula Ramos, 1870.



Corolina Monteiro Velho, Pacheco Photo, s/d (foto tirada após 1864)¹²

Entudo, uma rápida matemática dos retratos mostra que a relação hierárquica vivenciada no contexto familiar e social também é vislumbrada na composição do álbum e nas poses e enquadramentos das imagens. Na coleção estudada, as fotos masculinas e individuais compõem 34% do total e foram tiradas, prioritariamente, em formato oval ou busto que valorizavam o sujeito retratado o

colocando em primeiro plano no espaço de figuração da foto. Na fotografia abaixo, por exemplo, Antônio Ribeiro, filho mais velho da viscondessa, marcava sua nova etapa de vida na qual se apresentava a sociedade como bacharel em Direito pela faculdade de São Paulo, através da distribuição de carte-de-visite aos amigos e parentes mais próximos. Para tanto, procurou J. F. Guimarães, um dos profissionais mais requisitados da corte, que havia recebido do Imperador o títulos de “Photographo da Caza Imperial” o que conferia prestígio aos que pudessem pagar por seus serviços.



Antônio Ribeiro de Avellar, J.F. Guimarães foto, 1878



Verso da foto

¹² As imagens utilizadas neste artigo foram gentilmente cedidas por Roberto Meneses de Moraes e Yvonne Barros Franco, a quem agradeço imensamente.

De uma maneira geral, o papel masculino tanto na sociedade, quanto na família oitocentista, se manteve arraigado à esfera da produção como o principal realizador e mantenedor da riqueza e do patrimônio. Continuou como a figura de comando no círculo familiar e na sociedade, seu principal apoio estava no código civil que o colocava como gerenciador dos bens femininos e seu principal responsável perante a sociedade. Entretanto, no interior do núcleo familiar, as tarefas deste gênero se estendiam a zelar pela educação física, educação moral e instrução dos filhos. É claro que a esposa gerenciava os assuntos diretamente relacionados à criação como cuidar da higiene, controlar os horários de estudos, contratar e fiscalizar os professores e tutores particulares. Todavia, conforme o novo *habitus*, fazia parte das funções paternas dar exemplo de boa conduta moral e educação aos filhos, além de supervisionar as orientações femininas.

A segunda metade do século XIX foi palco de uma grande mudança no que concerne aos papéis familiares. Alguns valores associados ao modelo patriarcal de família caíram por terra, contudo, outros foram resignificados à luz de um novo *habitus*. A mulher foi elevada ao papel social de mãe. A ela caberiam as funções de zelar pela vida doméstica, o governo da casa e a criação dos filhos. Neste sentido, sua educação e instrução se tornaram condições básicas para que pudesse concretizar a tarefa para a qual tinha vindo ao mundo, uma espécie de dom natural, na consideração dos seguidores de Rousseau, ou dado por Deus, para os mais adeptos ao discurso religioso: a maternidade.¹⁵ Assim, o universo feminino, antes encerrado no ambiente doméstico, se ampliou. No novo modelo de comportamento era requerido à mulher que mantivesse uma convivência social com amigos convidados a frequentar a casa. Sua obrigação era a de “bem receber” e criar uma atmosfera agradável aos visitantes. Da mesma forma, no espaço público, valorizavam-se os espaços de convivência e multiplicavam-se as possibilidades de sociabilidade e consumo: confeitarias, lojas, teatros, clubes, etc.

Nas imagens de casal ou grupo familiar, o marido também comandava a cena, auxiliado pela posição dos outros atores nos planos. A postura feminina era, geralmente, secundária e reproduzia os lugares sociais ocupados. A pose de Mariana nas duas imagens trás conotações austeridade, porém com subserviência à autoridade do esposo como consta nos padrões de comportamento da boa sociedade imperial.



Familiar Ribeiro de Avellar, Manoel de P. Ramos, 1870.



Sr. e Sra. Ribeiro de Avellar, Manoel de P. Ramos, 1870.

A criança foi a personagem social que sofreu maior mudança no que concerne aos papéis sociais no interior do grupo familiar. Sua educação e instrução passaram a serem valorizadas como garantia de perpetuação do nome, tradição e patrimônio familiares e, ao mesmo tempo, adequavam-se perfeitamente ao projeto imperial de formar cidadãos antenados com suas diretrizes de ordem e civilização. A representação fotográfica acompanha esse processo de valorização da infância. No álbum da viscondessa, por exemplo, há imagens de bebês (seus netos) que aparecem sozinhos no espaço da figuração da foto, valorizando-os como sujeitos retratados. Em outros casos, duas ou mais crianças, também parentes, são representadas no estúdio fotográfico sem a presença de adultos. Ao todo, 13% das fotos contidas nos álbuns apresentam crianças, como se pode ver abaixo.

¹⁵Elizabeth Bandinter e Edward Shorter concordam ao afirmar que as concepções rousseauianas sobre educação física e moral foram importantes para trazer à cena discussões que elevariam a educação da infância a um patamar nunca antes alcançado. Diante disso, os séculos XVIII e XIX, na Europa, tornaram-se palco de uma proliferação de obras que incitam a preservação da moralidade e a educação da infância, e concitam aos pais o amor natural e a convivência cotidiana com os filhos. Na sociedade imperial do Brasil, a temática da infância e dos cuidados com sua educação seria despertada a partir da segunda metade do século XIX. BANDINTER, E. *O Mito do Amor Conquistado* – o mito do amor materno. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. E, SHORTER, E. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar ed, 1975.



Página do álbum da viscondessa, com fotos de seus netos e sobrinhos, quando bebês e na primeira infância.

O número de vezes em que a infância foi fotografada demonstra que havia um processo de valorização da criança no interior do grupo familiar estudado que acompanhava um processo vivenciado pela sociedade oitocentista como um todo.¹⁴ O mesmo pode ser visto nos textos íntimos que também revelavam uma maior sentimentalidade e convivência das crianças com os pais e parentes. Entre os postulados do novo paradigma dito civilizado, que a boa sociedade pretendia instituir, sua educação e instrução eram vistas como elementos distintos, porém complementares. Desta forma, enquanto a primeira estabelecia os princípios morais, éticos e comportamentais básicos à convivência social, criando um *habitus* comum entre os membros da elite, a segunda era incumbida de lapidar as noções dos deveres e direitos do cidadão, além do perpasso dos conteúdos escolares propriamente ditos. Entre os filhos do visconde e da viscondessa de Ubá, todos receberam uma instrução caseira através de professores e governantas, com exceção do caçula Joaquim Velho de Avellar que foi matriculado num colégio em Petrópolis, já na década de 1880. As aulas eram ministradas diariamente na fazenda e supervisionadas por Marianna. Quando a família se estabelecia em Petrópolis, o ritmo dos estudos aumentava com a contratação de professores particulares diferenciados para cada disciplina

desejada, havendo uma variação por sexo e idade. O estudo e a saúde dos netos também era uma preocupação para a avó que escrevia sempre perguntando:

Minha querida filha,
(...) Rogo-te que me dê sempre notícias dos adiantamentos de meus queridíssimos netos. Se Mariquinhas estuda muito, se continua boa menina, está ainda muito travessa, se vai ficando muito crescida, se também nas virtudes? Se A.R vai seguindo agora com boa saúde e também se vai adiantando-se nos seus primeiros estudos. Se Lulu e Júlia já lêem corretamente. Se Lulu, sempre mimosa e aplicada, está mais adiantada que Júlia e se esta tréplica e viva também vai escrevendo com aquele sossego de Lulu, e lhes diga que eu estou esperando. Se não me escreverem uma carta muita bem escrita, eu não lhes levarei brinquedos quando for visitá-los em Petrópolis. Dai-me também notícias do robusto José Maria. Que Deus o encha de fortuna de sua graça como a todos os seus irmãos e seus bons pais. (carta de d. Leonarda Maria Velho da Silva para Mariana Velho de Avellar, Rio, 23 de setembro de 1864).

Na coleção da Viscondessa, existe somente uma fotografia de seus filhos que faz menção direta ao ambiente de estudos.



Luisa, José Maria, Madame Doyen, Antônio Ribeiro e Júlia; Manoel de Paula Ramos, 1870. Coleção Roberto Menezes de Moraes.

¹⁴Consultar: ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981; e MUAZE, Mariana. "Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889)" In: *Dimensões*-Revista de História da UFES. Vitória: UFES/CCHN, n° 15, 2003, p59-84.

O cenário de poucos recursos, oferecido pelo fotógrafo itinerante, se contrastava com a altivez dos olhares dos sujeitos retratados que preenchem a fotografia. Os objetos escolhidos para serem expostos foram livros e tinteiros que conotavam uma atmosfera de estudo e ilustração. As roupas das meninas formavam um *composée* com a de Madame Doyen. O mesmo grau de harmonia aparece demonstrado na escolha da indumentária masculina, de cor escura, que demarcava as fases da vida: casaca fechada com botões para o menino mais novo, José Maria, ainda na fase da infância, e terno com colete e gravata para Antônio Ribeiro. A composição da foto em grupo mantém um enquadramento centralizado com uma concentração mediana dos objetos no espaço da figuração. Desta forma, todos os personagens nela envolvidos têm importância equilibrada, com a exceção da professora, Madame Doyen, que era a figura central da cena. Entretanto, esta centralidade pode ser explicada por seu papel de destaque na ambiência montada: a de detentora do conhecimento. A atmosfera de estudo e ilustração criada artificialmente para a foto condizia com os postulados do novo *habitus* civilizado valorizados tanto pela classe senhorial, quanto pelo Império.

Nesse processo de mudança cada vez mais acelerada vivenciada ao longo do século, a noção de família se fortalece entendida como reduto do amor. No novo modelo familiar houve um aumento dos espaços de sociabilidade e uma aproximação da criança com os pais, acompanhando-os em passeios, piqueniques e visitas a amigos. Por outro lado, o papel da mãe cresce como educadora e formadora de uma moral. O homem continua sendo o grande centro ao redor do qual os outros membros orbitam, contudo com o pátrio-poder limitado. Essa nova concepção de família nasceu na Europa no contexto de ascensão da burguesia e do modo de vida burguês e pressupõe um modelo nuclear de organização e relação entre seus membros. No Brasil, entretanto, esse modelo iria passar por uma pintura diversa ao esbarrar com uma ordem escravista e patriarcal tão profundamente arraigada.

A análise serial das imagens e a disposição com a qual foram organizadas nas páginas dos imponentes álbuns de retratos da viscondessa foram importantes para se perceber, através da narrativa visual, a força do

cânone da família extensa. A escolha, colocação e organização das imagens nos álbuns constituíam-se um ato de construção de memória, onde uma determinada pessoa ou grupo, no caso aqui apresentado Mariana Velho de Avellar, determinava o que seria ou não preservado da ação do esquecimento. Sua escolha, feita no quadro das múltiplas escolhas possíveis, foi um ordenamento que inserisse os indivíduos no seu grupo familiar, disponibilizando lado a lado, nas mesmas páginas ornamentadas, maridos e mulheres, pais e filhos, primos, afilhados, irmãos. Assim, construía uma determinada representação do grupo familiar para ser propagada no tempo e reiterada pelo ato de recordar.

O principal álbum da viscondessa foi montado entre as décadas de 1860 e 1890. Na primeira página, foi disposto um *cabinet-size* do Imperador no exílio, tirado em Cannes, em 31 de março de 1890. A letra e a assinatura do Imperador demonstravam aos leitores visuais da coleção a proximidade dos Ribeiro de Avellar com a Família Imperial. As imagens seguintes, no mesmo formato, eram de outros membros da família imperial e de pessoas próximas a corte das relações dos Ribeiro de Avellar como o Márquez e a Marquesa de Itanhaém, padrinhos de casamento da viscondessa. Dadas as devidas apresentações visuais, demonstrando estar no topo na escala social do Império, as páginas seguintes eram preenchidas por imagens de membros da família extensa da seguinte forma.



Álbum da família Ribeiro de Avellar.



Álbum da família Ribeiro de Avellar.

Do lado esquerdo os pais da viscondessa - o Conselheiro José Maria e D. Leonarda Velho da Silva - ficavam no alto, seguidos por uma foto do casal Mariana e Joaquim e de outra da Viscondessa sozinha, no estúdio de Joaquim Insley Pacheco, tirada no mesmo dia que a fotografia da mãe. Do lado direito, havia duas fotos do Barão do Capivary, uma de sua irmã e outra de Joaquim Mascarenhas Salter, todos da família do visconde, tiradas pelo fotógrafo itinerante Manuel de Paula Ramos. Ao pousar o álbum sobre a mesa ou o colo, quem o visualizava podia ver qualificado, ao mesmo tempo, as principais personagens das duas casas familiares.

Adiante, a narrativa visual retornava a Família Imperial e apresentava uma imagem da Princesa Isabel com Mariquinhas, filha mais velha do casal Ribeiro de Avellar, e outra do conde D'Eu com dedicatória aparente. Ao continuar a folhear este precioso objeto da memória familiar, o leitor era levado a uma profusão de imagens; dos filhos, netos, parentes, amigos e compadres. Ao fim e ao cabo, estava apresentada a rede de sociabilidade e amizade com a qual os Ribeiro de Avellar queriam se ver identificados. Mesmo valorizando a representação fotográfica individualizada, a família permanecia enquanto cânone através do qual os indivíduos entendiam seu lugar e papel de atuação no mundo. Apesar das imagens reforçarem a representação individual, sua ordenação tecia um feixe de memória que valorizava a família extensa e seu poder através de suas redes de sociabilidade e laços de amizade.

Através do cruzamento dos registros fotográficos e escritos, foi possível perceber o Império procurou compartilhar da civilização da imagem e de habitus aburguesados sem se despojar de um modelo escravista e agro-exportador. A família oitocentista seria, portanto, aquela que, apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes tendo, em essência, pai, mãe e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa, que se estendiam ao poder e à política locais, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, aos casamentos endogâmicos etc. Por outro lado, as relações internas entre seus membros foram remodeladas cotidianamente, tendo em vista um novo habitus vivenciado e experimentado pela classe senhorial. Nele, o antigo *pater-famílias* fora transformado em cidadão e pai extremo, a quem cabiam a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos. Já a mulher foi elevada ao papel social de mãe e nutriz. Suas atribuições sociais ficavam circunscritas à esfera doméstica, ao governo da casa e à criação dos filhos. Tais tarefas ligadas à educação e instrução da infância eram prioritárias no exercício de seu “dom natural”: a maternidade.

Recebido em 11.05.2009

Aprovado em 25.09.2009